



# Orçamento da Justiça

## 2008



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

# Orçamento da Justiça

2008

## Índice

- Justiça ao Serviço do Desenvolvimento..... 1
- O Essencial do Orçamento de 2008 ..... 2
- Sistema Judicial..... 4
- Investigação Criminal ..... 6
- Descongestionamento de Tribunais e Resolução Alternativa de Litígios ..... 7
- Sistema Prisional..... 8
- Medidas e Penas Alternativas à Pena de Prisão .... 10
- Reinserção Social ..... 12
- Inovação Tecnológica e Modernização ..... 13
- Cooperação Internacional ..... 15
- Recursos Humanos para a Justiça ..... 16



## Justiça ao Serviço do Desenvolvimento

*Garantir a efectividade dos direitos e deveres, e tornar o sistema de justiça um factor de desenvolvimento económico e social.*

### ● Políticas de Programação Estratégica

Em 2008 materializam-se em quatro eixos de intervenção:

- Modernizar o Sistema Judicial;
- Reforçar o Combate ao Crime, a Justiça Penal e a Cooperação Internacional;
- Promover a Desburocratização, a Desjudicialização e a Resolução Alternativa de Litígios;
- Impulsionar a Inovação Tecnológica na Justiça e Qualificar a Resposta Judicial.

### ● Objectivos

Uma Justiça...

- Mais *simples*;
- Mais *célere*;
- Mais *económica*;
- Mais *eficaz*;
- Mais *humana*.

---

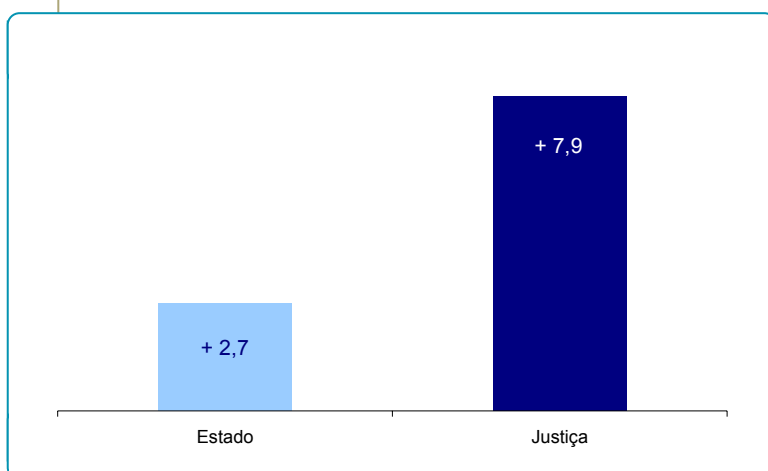
*Uma Justiça Moderna*

## O Essencial do Orçamento de 2008

*O Orçamento do Estado para 2008, prosseguindo a estratégia de consolidação das contas públicas, reconhece a importância da função de Justiça no contexto do Estado e o carácter prioritário do investimento nos respectivos recursos.*

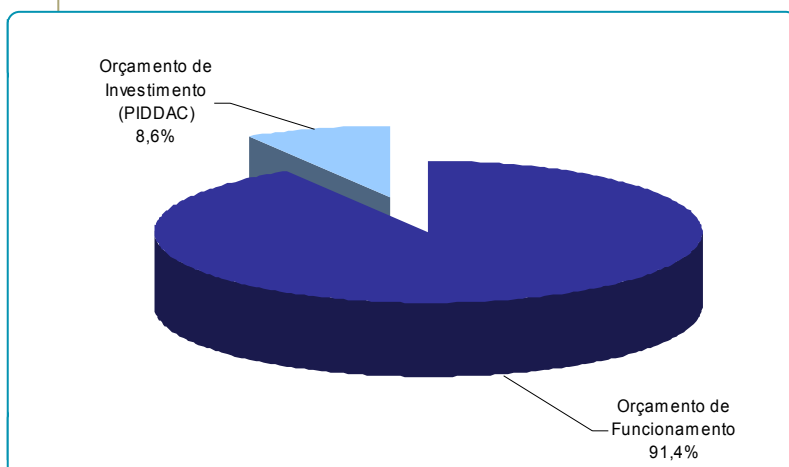
### ● A Justiça no Contexto do Orçamento de Estado de 2008

- O orçamento do Estado em 2008 cresce 2,7%;
- No mesmo ano, o orçamento da Justiça cresce 7,9%.



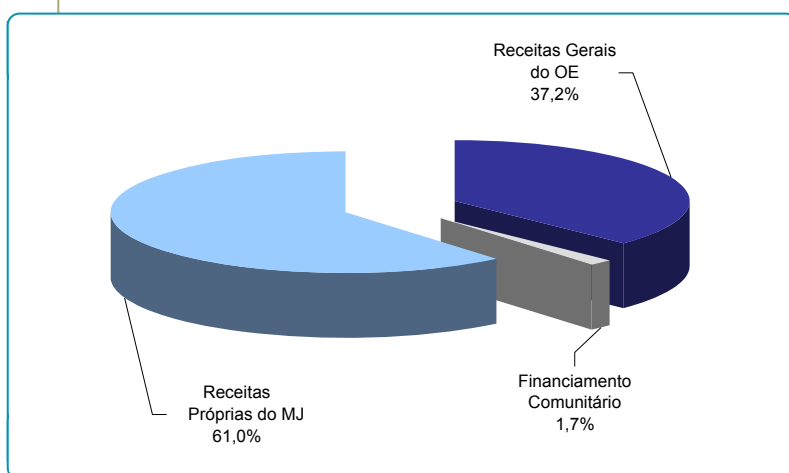
### ● Orçamento por Finalidades

- O orçamento de funcionamento [1.269.606.707 euros] corresponde a 91,4% do total, apresentando um crescimento de 4,3% face a 2007;
- O orçamento de investimento [119.096.236 euros] corresponde a 8,6% do total, apresentando um crescimento de 106,7% face a 2007.



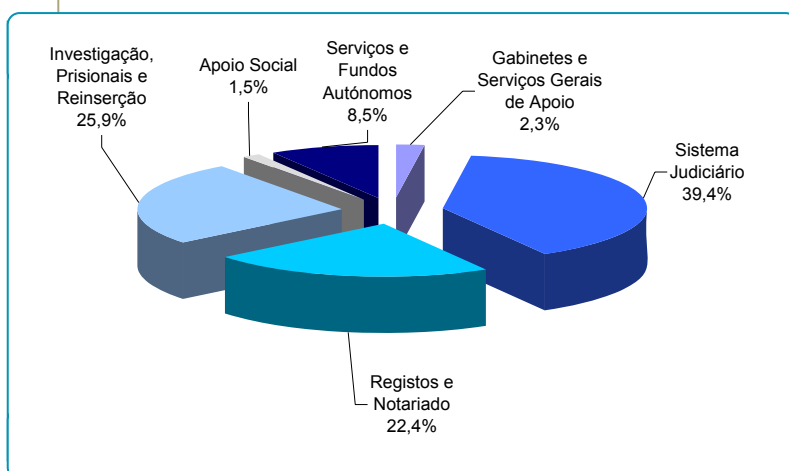
## Orçamento por Fontes de Financiamento

- As receitas gerais do orçamento do Estado [516.744.000 euros] correspondem a 37,2% do orçamento da Justiça;
- As receitas próprias do sistema de Justiça [847.708.378 euros] correspondem a 61% do orçamento da Justiça;
- O financiamento comunitário [24.250.565 euros] corresponde a 1,7% do orçamento da Justiça.



## Orçamento de Funcionamento por Áreas

- A missão específica do sistema de Justiça absorve cerca de 90% do orçamento de funcionamento;
- A maior fatia do orçamento de funcionamento – quase 40% – destina-se ao sistema judiciário.



## Sistema Judicial

*O ano de 2008 é o ano de implementação de diversas reformas legislativas e organizacionais, e de reforço da política de investimento.*

### ● Reformas Legislativas e Orgânicas

- Implementação da nova orgânica, dotada de autonomia administrativa e financeira, do Conselho Superior de Magistratura;
- Entrada em vigor do novo Código de Custas Judiciais;



- Entrada em vigor da nova Lei do Acesso ao Direito;
- Experiência-piloto da reforma do mapa judiciário em, pelo menos, três das novas circunscrições territoriais;

- Continuação da implementação do Programa de Acção para a Modernização da Justiça Tributária e do Programa Intercalar de Modernização da Jurisdição Comum, com a criação de 22 novos Juízos.

### ● Novo Modelo de Organização e Gestão dos Tribunais

- Criação de postos de atendimento nos tribunais;
- Adopção de uma plataforma única de gestão documental;
- Implementação continuada e alargamento do âmbito dos programas de desmaterialização processual CITIUS e h@bilus.



## ● Requalificação das Infra-estruturas

- Novas instalações de 4 tribunais;
- Início do programa de criação de campus de Justiça, com prioridade para os Campus de Lisboa, Porto e Coimbra;
- Conversão de espaços nos tribunais em 20 novas salas de audiências.

## ● Modernização Tecnológica

- Instalação de postos de atendimento em 20 tribunais;
- Aquisição de 2200 novos computadores e 700 novas impressoras;
- Substituição integral da gravação em cassete por gravação digital com a instalação de equipamentos em 230 salas de audiências;
- Instalação de 180 novos equipamentos de videoconferência nos tribunais e renovação de 70% dos existentes;
- Instalação de sistemas de segurança por vídeo-vigilância em 20 tribunais;
- Aquisição e instalação de 5000 novos telefones VoIP nos tribunais, substituindo 50% dos existentes de forma a melhorar as comunicações e a reduzir os respectivos custos.

### *Em 2008...*

Novos tribunais  
**+ 4**

Novos juízos  
**+ 22**

Novas salas de audiência  
**+ 20**

Novos computadores  
**+ 2200**

Salas com gravação digital  
**+ 230**

Sistemas de vídeo-conferência  
**+ 180 e  
renovação de 70%  
dos equipamentos**

Sistemas de Comunicação VoIP  
**+ 5.000**

PIDDAC da Direcção-Geral da  
Administração da Justiça  
**+ 98%**

*Reorganização, Requalificação, Reapetrechamento*

## Investigação Criminal

*Aprovados os meios legislativos necessários – Código Penal, Código do Processo Penal e Lei-Quadro da Política Criminal – o Ministério da Justiça reforça os meios humanos, financeiros e materiais dos organismos competentes, adequando-os ao eficaz cumprimento das acções de prevenção e de investigação criminal.*

### Mais Recursos Financeiros

- Aumento da dotação orçamental da Procuradoria-Geral da República em 10,6% no funcionamento e em 236,7% no PIDDAC;
- Reforço em 40,8% dos programas de aquisição de equipamento de telecomunicações e de desenvolvimento dos sistemas de informação, no PIDDAC da Polícia Judiciária;
- Dotação de 7.931.500 euros em PIDDAC para a ampliação e remodelação do edifício da directoria nacional da Polícia Judiciária.

**Em 2008...**

Procuradoria-Geral da República

Funcionamento

**+ 10,6%**

PIDDAC

**+ 236,7%**

Edifício da Directoria Nacional da Polícia Judiciária

**€ 7.931.500**

### Mais Meios

- Implementação do Sistema de Informação do Ministério Público, com a criação, na Procuradoria-Geral da República, de bases de dados agregadas para a gestão dos meios, dos inquéritos e da actividade do Ministério Público, nomeadamente em matéria de inquéritos, mandados de detenção, medidas de diversão e dispensa de pena;
- Reforço do desenvolvimento do Sistema de Informação Automatizada da Polícia Judiciária;
- Reforço do desenvolvimento do Sistema Integrado de Informação Criminal da Polícia Judiciária.

*Mais Recursos, Maior Eficácia*

## Descongestionamento de Tribunais e Resolução Alternativa de Litígios

*O desenvolvimento dos mecanismos de resolução alternativa de litígios é uma prioridade para o cumprimento do direito fundamental de acesso ao Direito e para aliviar a pressão processual sobre os tribunais judiciais.*

### ● Expansão das Redes

- Reforço da rede dos centros de arbitragem institucionalizados, nomeadamente, os centros de arbitragem de conflitos do consumo e do sector automóvel;
- Alargamento da rede de julgados de paz com a instalação de 8 novos julgados e a selecção e formação dos novos juízes de paz.

### ● Alargamento a Novas Matérias

- Criação de novos centros de arbitragem, com competência em matéria de acção executiva e de propriedade industrial;
- Instalação do centro de arbitragem em matéria administrativa, destinado à resolução, por via arbitral, de litígios no âmbito da contratação e do funcionalismo público;
- Alargamento dos sistemas de mediação, com o novo impulso transmitido ao sistema de mediação familiar e com a entrada em funcionamento do sistema de mediação laboral e, a título experimental, do sistema da mediação penal.



*Novas Alternativas para um Maior Acesso ao Direito*

## Sistema Prisional

*O Ministério da Justiça continuará, no ano de 2008, a desenvolver o plano de reforma do parque penitenciário, o qual conduzirá, simultaneamente, à redução do número de estabelecimentos prisionais e ao aumento da capacidade prisional total, bem como ao reforço da segurança e da dignidade das condições de reclusão.*

### ● Actualização Legislativa

- Elaboração do Código de Execução de Penas e Medidas Privativas da Liberdade, em consonância com os novos Códigos Penal e do Processo Penal, substituindo a Lei de Execução das Penas e a Lei dos Tribunais de Execução de Penas.

### ● Promoção da Reabilitação

- Implementação do Plano Individual de Reabilitação em todos os estabelecimentos prisionais;
- Dinamização de protocolos, com entidades públicas e privadas, tendo em vista o aumento da empregabilidade da população prisional.

### ● Modernização

- Implementação do Sistema Integrado de Detecção Perimétrica em mais 7 estabelecimentos prisionais;
- Implementação em diversos estabelecimentos prisionais de sistema VoIP, bem como de sistemas de vídeo-conferência para ligação aos tribunais e para visitas;



- Reforço do desenvolvimento do Sistema de Informação Prisional, cuja dotação em PIDDAC cresce 111,9%.

## ● Investimento

- Investimento superior a 53 milhões de euros na construção, remodelação e reforço das condições de segurança e sanitárias dos estabelecimentos prisionais, consubstanciando um crescimento de 902,6%;
- Do investimento em infra-estruturas, cerca de 95% serão dirigidos à construção dos novos estabelecimentos prisionais de Angra do Heroísmo, Castelo Branco, Coimbra, Elvas, Grândola, Leiria, Linhó, Ponta Delgada e Vale do Tejo;
- Crescimento de 352,5% da dotação de PIDDAC destinada ao reforço das condições de segurança dos estabelecimentos prisionais.



### Em 2008...

Sistema de Informação Prisional

**+ 22,7%**

Obras em estabelecimentos prisionais

**+902,6%**

Novos estabelecimentos prisionais

- Angra do Heroísmo
- Castelo Branco
- Coimbra
- Elvas
- Grândola
- Leiria
- Linhó
- Ponta Delgada
- Vale do Tejo

Condições de segurança dos estabelecimentos prisionais

**+ 352,5%**

*Mais Segurança e Mais Dignidade na Reclusão*

## Medidas e Penas Alternativas à Pena de Prisão

*Com a alteração do Código Penal, 2008 é o ano de alargamento do âmbito de aplicação da vigilância electrónica e da consolidação e reforço das medidas de trabalho a favor da comunidade.*

*O âmbito de aplicação da vigilância electrónica, até aqui aplicável apenas a arguidos, foi alargado como pena substituta da pena de prisão nos seguintes casos: i) penas até 1 ano; ii) penas até 2 anos, tratando-se de indivíduos em situação de gravidez, idade inferior a 21 anos ou superior a 65 anos, doença ou deficiência graves, existência de menor a seu cargo ou de familiar exclusivamente ao seu cuidado; iii) o remanescente não superior a um ano da pena de prisão efectiva que exceder o tempo de privação da liberdade a que o arguido esteve sujeito em regime de detenção, prisão preventiva ou obrigação de permanência na habitação.*

### ● Mais Vigilância Electrónica

- Adequação organizacional e logística das unidades operativas para uma capacidade de aplicação da medida a 2000 indivíduos;
- Continuação da reinstalação das unidades operativas de vigilância electrónica, e do centro nacional de acompanhamento de operações, dotando-os de instalações e adequadas;
- Investimento superior a 6 milhões de euros na contratação de serviços técnicos e aquisição de equipamentos específicos para vigilância electrónica;



- Reforço da frota automóvel e dos equipamentos informáticos e de telecomunicações das unidades operativas de vigilância electrónica.

## ● Mais Trabalho a Favor da Comunidade

*O âmbito de aplicação da prestação de serviços gratuitos ao Estado, a outras pessoas colectivas de direito público ou a entidades privadas cujos fins o tribunal considere de interesse para a comunidade, foi alargado pelo aumento da pena máxima substituível de 1 ano para 2 anos.*

- Adequação organizacional das equipas de reinserção social para um aumento previsto de 30% da utilização de medidas de trabalho a favor da comunidade.



### Em 2008...

Centro nacional de acompanhamento de operações

**Reinstalação**

Unidades operativas de vigilância electrónica  
**+ 3 Reinstaladas**

Capacidade de aplicação da vigilância electrónica

**Aumento para 2000**

Investimento no alargamento da vigilância electrónica

**€ 6.000.000**

Prestação de trabalho a favor da comunidade

**+ 30% (previsão)**

*Menos Prisão, Melhor Reabilitação*

## Reinserção Social

*Em 2008 dar-se-á continuidade à reorganização do mapa de centros educativos, orientada pelos princípios da economia de escala e da proximidade, com objectivos de racionalização de custos e melhoria da qualidade da oferta educativa e formativa direccionada à reinserção social plena dos jovens.*

### ● Reorganização Territorial

- Encerramento de 2 centros educativos, com concentração e ampliação do número de unidades residenciais;
- Abertura do novo Centro Educativo de Santa Clara [Vila do Conde].

### ● Aposta na Qualidade



- Intensificar a cooperação entre centros educativos da mesma área geográfica, otimizando os recursos e a oferta educativa e formativa;
- Reforçar, em articulação com o Ministério da Saúde, os cuidados de saúde dirigidos aos menores em medida tutelar educativa.

### ● Reforço e Requalificação das Infra-estruturas

- Obras de renovação, readaptação e requalificação em 3 centros educativos;
- Reinstalação, segundo princípios de racionalidade económica e de adequação funcional, de 9 equipas de reinserção social e de uma direcção regional;
- Reforço dos meios de transporte ao serviço das equipas de reinserção social.

*Menos Custos, Melhor Reinserção Social*



## Inovação Tecnológica e Modernização

*A prestação de serviços de Justiça mais qualificados, cómodos e céleres para os cidadãos e empresas exige uma constante inovação tecnológica e modernização dos serviços e dos sistemas de informação.*

### ● Desmaterialização Processual

- Expansão e alargamento a todas as espécies processuais dos projectos CITIUS e h@bilus;
- Expansão da utilização da assinatura electrónica pelos operadores judiciários.

### ● Simplificação Administrativa

- Continuação do alargamento territorial faseado dos projectos Documento Único Automóvel, Casa Pronta, Balcão das Heranças, Associação na Hora, REGIUS, Nascer Cidadão e Empresa na Hora;
- Alargamento a todo o território nacional e aos consulados portugueses do Cartão do Cidadão;
- Disponibilização de novos serviços *on-line* no sector dos registos.



### ● Melhor Informação

- Desenvolvimento de novas funcionalidades aplicacionais destinadas à investigação criminal;

- Disponibilização aos tribunais e aos órgãos de polícia criminal de sistemas de acesso às bases de dados da Segurança Social, dos Serviços Prisionais e dos Registos e Notariado;
- Reestruturação da rede de comunicações;
- Implementação do novo sistema de informação do Registo Criminal e de Contumazes;
- Desenvolvimento continuado do Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça e da infra-estrutura de referenciação espacial dos dados relativos ao sistema de Justiça.



## ● Novas Técnicas Forenses

- Expansão territorial da telemedicina forense – Medleg;
- Criação da base de dados de perfis de ADN, para fins de identificação civil e de investigação criminal.

### *Em 2008...*

**Alargamento do CITIUS**  
**€ 450.000**

**Novas funcionalidades para o Ministério Público**  
**€ 150.000**

**Sistemas de acesso a bases de dados**  
**€ 200.000**

**Expansão assinatura electrónica**  
**€ 200.000**

**Nova rede de comunicações**  
**€ 200.000**

**Novos serviços *on-line***  
**€ 200.000**

**Expansão da Casa Pronta e do Documento Único Automóvel**  
**€ 100.000**

**Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça**  
**€ 655.000**

**Infra-estrutura de referenciação espacial**  
**€ 598.874**

*Celeridade e Simplicidade nos Serviços de Justiça*

## Cooperação Internacional

*Num mundo global e numa Europa em que a área da Justiça sai reforçada pelo Tratado de Lisboa, é crescente o investimento do Ministério da Justiça na cooperação internacional, nomeadamente no que respeita ao combate à criminalidade.*

### ● No Espaço Europeu

- Adesão ao sistema europeu de intercâmbio electrónico dos registos criminais dos Estados-membros da União Europeia;
- Adesão ao sistema Alerta de Rapto de crianças;
- Implementação do Tratado de Prüm e da Decisão do Conselho da União Europeia relativa ao aprofundamento da cooperação transfronteiras na luta contra a criminalidade, designadamente no domínio dos perfis de ADN e das impressões digitais.

### ● No Espaço Ibero-Americano

- Aprofundamento da participação nos projectos de cooperação ao abrigo da Conferência de Ministros da Justiça Ibero-americanos, da IberRede e do programa de cooperação da União Europeia EUROsociAL;
- Aposta continuada na internacionalização de boas práticas nacionais na área da Justiça, em particular no domínio das novas tecnologias aplicadas ao funcionamento dos sistemas de Justiça.

### ● Na Comunidade de Países de Língua Portuguesa

- Implementação da Rede de Cooperação Jurídica e Judiciária da CPLP;
- Apoio à formação de quadros dos países da CPLP, nomeadamente da magistratura judicial, do Ministério Público, da investigação criminal, dos serviços prisionais e de reinserção social;
- Apoio à produção legislativa na área da Justiça e à qualificação da investigação criminal, designadamente em parceria com as Nações Unidas.

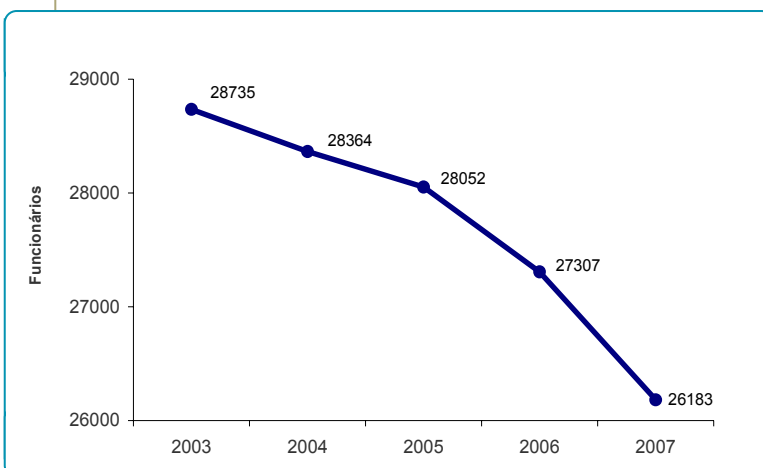
*Mais Cooperação, Maior Eficácia  
no Combate à Criminalidade*

## Recursos Humanos para a Justiça

*Um factor de sucesso na consolidação de uma Justiça ao Serviço do Desenvolvimento.*

### ● Menos Funcionários

Nos últimos quatro anos, o efectivo de funcionários do Ministério da Justiça decresceu 8,9%, ou seja, menos 2552 funcionários.



### ● Adequação às Actuais Necessidades

Com a reestruturação efectuada no âmbito do PRACE, pela qual os serviços e organismos, e respectivos recursos humanos, foram reajustados às actuais necessidades do sistema de Justiça, o Ministério da Justiça<sup>1</sup>:

- Reduziu em 29% os cargos de dirigentes superiores;
- Reduziu em 25% os cargos de dirigentes intermédios;

<sup>1</sup> Não contempla ainda a reestruturação da Polícia Judiciária e do Centro de Estudos Judiciários, cujas propostas de lei orgânica se encontram na Assembleia da República.

- Declarou desnecessários 327 postos de trabalho, das carreiras administrativa, auxiliar e operária, cujos funcionários deverão transitar para o regime de mobilidade especial.

## ● Recrutamento Moderado e Selectivo

O Ministério da Justiça centra o seu recrutamento em áreas chave, incidindo em carreiras dotadas da qualificação necessária às modernas funções da Justiça.

Em 2008, estarão em curso, ou serão concluídos, processos de recrutamento de:

- Oficiais de Justiça;
- Inspectores de investigação criminal;
- Inspectores superiores;
- Guardas prisionais;
- Especialistas e técnicos informáticos;
- Técnicos superiores;
- Técnicos profissionais de reinserção social;
- Especialistas superiores e técnicos ajudantes de medicina legal.

### **No Ministério da Justiça...**

Cargos dirigentes superiores

**- 29%**

Cargos dirigentes intermédios

**- 25%**

Mobilidade especial

**327**

*Uma Aposta na Qualificação*

© MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
Praça do Comércio  
1149-019 Lisboa  
Homepage: <http://www.mj.gov.pt>

Outubro de 2007

